

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto I para as questões de 01 a 10.

01 A tradição teológica e filosófica nunca conseguiu explicar o “mistério da iniquidade”, a existência do mal como potência do desejo e da ação humanas.

Ora, a corrupção é o mal do nosso tempo.

05 Curiosamente, ela aparece como uma nova regra de conduta, uma contraditória “moral imoral”. Da governabilidade aos atos cotidianos, o mundo da vida no qual ética e moral se cindiram há muito tempo transformou-se na sempre saqueável terra de ninguém.

10 Como toda moral, a corrupção é rígida. Daí a impossibilidade do seu combate por meios comuns, seja o direito, seja a polícia. Do contrário, meio mundo estaria na prisão. A mesma polícia que combate o narcotráfico nas favelas das grandes cidades poderia ocupar o Congresso e outros espaços do governo onde a corrupção é a regra.

Mas o problema é que a força da corrupção é a do costume, é a da “moral”, aquela mesma do malandro que age “na moral”, que é “cheio de moral”. Ela é muito mais forte do que a delicada reflexão ética que envolveria a autonomia de cada sujeito agente. E que só surgiria pela educação política que buscasse um pensamento reflexivo.

25 O sistema da corrupção é composto de um jogo de forças do qual uma das mais importantes é a “força do sentido”. É ela que faz perguntar, por exemplo, “como é possível que um policial pobre se negue a aceitar dinheiro para agir ilegalmente?”

30 O simples fato de que essa pergunta seja colocada implica o pressuposto de que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada. Isso significa que foi também desvalorizada.

35 Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque no sistema da corrupção o valor da honestidade, que garantiria ao sujeito a sua autonomia, foi substituído pela vantagem do dinheiro.

40 Mas não somente. Aquele que age na direção da lei como que age contra a moral caracterizada pelo “fazer como a grande maioria”, levando em conta que no âmbito da corrupção se entende que o que a maioria quer é “dinheiro”.

45 Verdade é que a ação em nome de um universal por si só caracteriza qualquer moral. É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.

50 Se a moral é medida em dinheiro, não entregar-se a ele poderá parecer um luxo. Mas um contraditório luxo de pobre, já que a questão da honestidade não se coloca para os ricos, para quem tal valor parece de antemão assegurado.

55 Daí que jamais se louve nos noticiários a honestidade de alguém que não se enquadra no estereótipo do “pobre”. Honesto é sempre o pobre elevado a cidadão exótico. Na verdade, por meio desse gesto o pobre é colocado à prova pelo sistema. Afinal ele teria tudo para ser corrupto, ou seja, teria todo o motivo para sê-lo. Mas teria também todo o perdão?

60 O cidadão exótico – pobre e honesto – que deixa de agir na direção de uma vantagem pessoal como que estaria perdoado por antecipação ao agir imoralmente sendo pobre, mas não está. A frase de Brecht seria sua jurisprudência mais básica: “O que é roubar um banco comparado a fundar um?”

65 Ora, sabemos que essa “moral imoral” tem sempre dois pesos e duas medidas, diferentes para ricos e pobres. No vão que as separa vem à tona a incompreensibilidade diante do mistério da honestidade. De categoria ética, ela desce ao posto de irrespondível problema metafísico.

70 Pois quem terá hoje a coragem de perguntar como alguém se torna o que é quando a subjetividade, a individualidade e a biografia já não valem nada e sentimos apenas o miasma que exala da vala comum das celebridades da qual o cidadão pode se salvar apenas alcançando o posto de um herói exótico, máscara do otário da vez?

(Marcia Tiburi. Cult, dezembro de 2011)

01

Acerca dos sentidos produzidos pelo texto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ser honesto, sendo pobre, significaria agir na contramão das expectativas.
- II. Aos pobres, a imoralidade é perdoada.
- III. Fugir à moral do “fazer como a grande maioria” significaria ser otário.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

02

Aquele que age na direção da lei como que age contra a moral caracterizada pelo “fazer como a grande maioria”, levando em conta que no âmbito da corrupção se entende que o que a maioria quer é “dinheiro”. (L. 38-42) A respeito do período anterior, analise as afirmativas a seguir.

- I. O período apresenta orações coordenadas e subordinadas.
- II. Há ocorrência de exemplo de oração reduzida.
- III. Há ocorrência de exemplo de oração subordinada substantiva objetiva direta.

Assinale

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

03

Assinale o termo que, no texto, desempenhe função sintática idêntica à de *incompreensibilidade* (L. 69).

- (A) a regra (L. 16)
- (B) vão (L. 68)
- (C) cálculo (L. 45)
- (D) Honesto (L. 55)

04

Assinale a palavra que, no texto, NÃO exerça papel pronominal.

- (A) onde (L. 15)
- (B) muito (L. 8)
- (C) qualquer (L. 34)
- (D) outros (L. 15)

05

Verdade é que (1) a ação em nome de um universal por si só caracteriza qualquer moral. É por meio dela que (2) se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que (3) define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário. (L. 43-47) A respeito das ocorrências do QUE no período anterior, é correto afirmar que se trata de conjunção em

- (A) (1), apenas.
- (B) (3), apenas.
- (C) todas.
- (D) (2), apenas.

06

No texto, ocorre aproximação semântica entre termos que, em outro contexto, não guardariam entre si relação de sinonímia. Assinale a alternativa em que, no texto, os termos NÃO guardem relação semântica de igualdade ou contiguidade.

- (A) corrupção (L. 4) – regra (L. 5)
- (B) mal (L. 2) – potência (L. 3)
- (C) honesto (L. 46) – otário (L. 47)
- (D) moral (L. 18) – ética (L. 20)

07

Assinale a alternativa em que a alteração estrutural de um trecho do texto NÃO tenha provocado inadequação de ordem gramatical ou discursiva nem alteração semântica.

- (A) *Se a moral é medida em dinheiro, não entregar-se a ele poderá parecer um luxo.* (L. 48-49) / *Se a moral em dinheiro é medida, poderá parecer um luxo não se entregar a ele.*
- (B) *Mas teria também todo o perdão?* (L. 59) / *Mas teria também todo perdão?*
- (C) *O simples fato de que essa pergunta seja colocada implica o pressuposto de que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada.* (L. 29-31) / *O simples fato que essa pergunta seja colocada implica no pressuposto que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada.*
- (D) *É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.* (L. 44-47) / *É através dela que faz-se o cálculo do “sentido” onde, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.*

08

Assinale a alternativa em que o elemento destacado NÃO tenha o mesmo sentido que o de *trans-*, em *transvalorada* (L. 31)

- (A) transbordar
- (B) trasantontem
- (C) tresnoitar
- (D) trastejar

09

A palavra *jurisprudência* (L. 64), no texto, assume o sentido de

- (A) “conjunto das decisões e interpretações das leis”.
- (B) “modelo de pensar”.
- (C) “desculpa”.
- (D) “argumento jurídico”.

10

Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque no sistema da corrupção o valor da honestidade, que garantiria ao sujeito a sua autonomia, foi substituído pela vantagem do dinheiro. (L. 33-37) Assinale a alternativa que apresente pontuação para o trecho anterior igualmente correta.

- (A) Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar – mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque – no sistema da corrupção –, o valor da honestidade, que garantiria ao sujeito a sua autonomia, foi substituído pela vantagem do dinheiro.
- (B) Se a conduta de praxe seria não, apenas, aceitar, mas exigir dinheiro, em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque no sistema da corrupção, o valor da honestidade, que garantiria – ao sujeito – a sua autonomia, foi substituído pela vantagem do dinheiro.
- (C) Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque, no sistema da corrupção, o valor da honestidade – que garantiria ao sujeito a sua autonomia –, foi substituído pela vantagem do dinheiro.
- (D) Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar – mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever –, é porque, no sistema da corrupção, o valor da honestidade – que garantiria ao sujeito a sua autonomia – foi substituído pela vantagem do dinheiro.





NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11


Observe a planilha criada no Microsoft Office Excel 2007 (idioma Português Brasil).

	A	B	C	D
1	TSE - 2012			
2				
3	2009	2010	2011	TOTAL
4	R\$ 1.500,00	R\$ 2.800,00	R\$ 3.400,00	R\$ 7.700,00
5			10% =	R\$ 770,00
6			TOTAL	R\$ 8.470,00


Na célula D4, foi inserida uma fórmula que determina a soma dos valores contidos em A4, B4 e C4. Em D5, foi inserida uma expressão que representa 10% do valor contido em D4. Sabe-se que o valor de D6 foi determinado por meio do acionamento de um ícone que inseriu a fórmula =SOMA(D4:D5). A alternativa que apresenta a fórmula inserida em D5 e o ícone que gerou a fórmula em D6, respectivamente, é

- (A) =10%*D4 e 
- (B) =10%*D4 e 
- (C) =10%\$D4 e 
- (D) =10%\$D4 e 

12

A figura a seguir é mostrada na área de trabalho quando se clica no botão Iniciar, existente no canto inferior esquerdo da tela e representado no Windows 7 pelo ícone .




De forma alternativa, essa ação pode ser executada quando se aciona a tecla de logotipo do Windows  no teclado ou por meio da execução do seguinte atalho de teclado:

- (A) Alt + Esc.
(B) Alt + F5.
(C) Ctrl + Esc.
(D) Ctrl + F5.

13

No Microsoft Office Word 2007 (idioma Português Brasil),

clique no ícone  por meio do ponteiro do *mouse*, tem por objetivo aumentar ou diminuir o

- (A) tamanho dos caracteres exibidos no texto.
(B) espaçamento entre as linhas do texto.
(C) nível de recuo de um parágrafo.
(D) nível de zoom do documento.

14

Ao usar o Microsoft Office Outlook 2007 (idioma Português Brasil), dispõe-se de um recurso no *software*, denominado cópia oculta, que permite o envio de *e-mails* para diversos destinatários, sem que aqueles que não foram incluídos neste recurso saibam que também receberam aquela mensagem de correio. Para isso, deve-se digitar os endereços de *e-mail* no espaço identificado por

- (A) Cc...
(B) Bcc...
(C) Para...
(D) Cco...

15

Ao acessar o site do TSE – <http://www.tse.jus.br/> – utiliza-se o browser Internet Explorer 8 (idioma Português Brasil). Para facilitar futuros acessos, pode-se adicionar o endereço do site desejado à Barra de Favoritos. Para isso, é necessário clicar no seguinte ícone:

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 

NORMAS APLICÁVEIS AOS SERVIDORES PÚBLICOS

16

Segundo o art. 5º da Lei nº 8.112/90, a nacionalidade brasileira é requisito básico para investidura em cargo público. Entretanto, o §3º do mesmo artigo abre exceção aos estrangeiros, na forma da lei, quando vierem a prover cargos de

- (A) universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.
(B) estatais de economia mista vinculados à atividade extrativista.
(C) universidades corporativas para o ensino a distância.
(D) órgãos públicos vinculados à atividade diplomática.

17

A respeito do estágio probatório e da estabilidade, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, durante o qual a assiduidade, a disciplina, a capacidade de iniciativa, a produtividade e a responsabilidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.
- (B) O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, sofrerá reversão ao cargo anteriormente ocupado.
- (C) O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.
- (D) O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes.

18

Com base na Lei nº 8.112/90, a respeito da remoção, redistribuição e substituição, analise.

- I. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, obrigatoriamente com mudança de sede.
- II. O interesse da administração e a manutenção da essência das atribuições do cargo são alguns dos preceitos a serem avaliados no caso de redistribuição.
- III. Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

19

Em janeiro do ano de 2000, Carlos ingressou no serviço público para o exercício de cargo efetivo em autarquia federal por meio de concurso público de provas e títulos. Decorridos quatro anos, Carlos requer licença do exercício do cargo efetivo, com o percebimento da respectiva remuneração, para a participação de curso de capacitação profissional, tendo em vista o transcurso do triênio legal necessário à aquisição da estabilidade e concessão do benefício. Acerca da pretensão de Carlos, de acordo com as diretrizes traçadas pela Lei nº 8.112/90, assinale a alternativa correta.

- (A) Será possível, desde que haja interesse da Administração e que a licença não ultrapasse o prazo máximo de três meses.
- (B) Será possível, sendo vedado, entretanto, o recebimento de remuneração durante o período de licença para capacitação profissional.
- (C) Não será possível, posto que o período de efetivo exercício desenvolvido por Carlos não é suficiente à concessão da licença pleiteada.
- (D) Não será possível, uma vez que o afastamento para a participação de cursos de capacitação é permitido apenas aos servidores públicos, integrantes da Administração Direta, que desempenhem atividades nas áreas científicas e tecnológicas.

20

Sobre a sindicância, analise.

- I. Por ser um procedimento preparatório, a abertura de sindicância não tem o condão de obstar o decurso do prazo prescricional das ações disciplinares, havendo a interrupção da prescrição apenas quando instaurado o processo administrativo disciplinar.
- II. Constitui discricionariedade da autoridade administrativa a abertura de sindicância ou processo administrativo disciplinar para a apuração imediata de irregularidades no serviço público de que tiver ciência.
- III. O prazo para a conclusão da sindicância será de até 30 dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.
- IV. Da sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até trinta dias.

Estão corretas apenas as afirmativas

- (A) I, II
- (B) II, III
- (C) III, IV
- (D) I, IV

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

21

No que tange às modalidades de licitações é correto afirmar que

- (A) a concorrência pode ser substituída por tomada de preços.
- (B) a tomada de preços pode ser substituída pelo convite.
- (C) a tomada de preços pode substituir o convite.
- (D) quando a lei aponta uma modalidade de licitação como a aplicável não há a possibilidade de substituição.

22

NÃO é hipótese de contrato sujeito à licitação dispensável:

- (A) Aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.
- (B) Fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pela autoridade máxima do órgão.
- (C) Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- (D) Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

23

São cláusulas exorbitantes inerentes ao regime jurídico dos contratos administrativos a possibilidade de, EXCETO:

- (A) Modificação unilateral do contrato inclusive as cláusulas econômico-financeiras.
- (B) Aplicação de sanções administrativamente ao contratado.
- (C) Rescisão unilateral do contrato pela administração.
- (D) Administração pública fiscalizar a execução do contrato.

24

São motivos para a rescisão, EXCETO:

- (A) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.
- (B) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado.
- (C) Qualquer alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.
- (D) A não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto.

25

No que tange à rescisão dos contratos administrativos é correto afirmar que

- (A) é possível a rescisão sem acesso ao judiciário e sem a concordância da administração.
- (B) não é possível a rescisão amigável do contrato, pois o interesse público é indisponível.
- (C) a rescisão sempre será judicial quando não houver concordância da administração.
- (D) a rescisão sempre será judicial quando não houver concordância do contratado e da administração.

NOÇÕES DE DIREITO ELEITORAL

26

Com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, analise.

- I. A transferência do eleitor só será admitida após, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência.
- II. A transferência só será admitida ao eleitor com residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor.
- III. O disposto nas afirmativas I e II não se aplica à transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

27

Em relação ao acesso às informações constantes do cadastro do eleitor, com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, é INCORRETO afirmar que

- (A) as informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas.
- (B) em resguardo da privacidade do cidadão, não se fornecerão informações de caráter personalizado constantes do cadastro eleitoral.
- (C) o uso dos dados de natureza estatística do eleitorado ou de pleito eleitoral obriga a quem os tenha adquirido a citar a fonte e a assumir responsabilidade pela manipulação inadequada ou extrapolada das informações obtidas.
- (D) os tribunais e juízes eleitorais poderão autorizar o fornecimento a interessados, em qualquer hipótese, dos dados relativos ao eleitorado ou ao resultado de pleito eleitoral.

28

Com base na Resolução TSE 21.538 de 2003, em relação à hipótese de ilícito penal, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) Manifestando-se o Ministério Público pela existência de indício de ilícito penal eleitoral a ser apurado, o processo deverá ser remetido, pela autoridade judiciária competente, à Polícia Federal para instauração de inquérito policial.
- (B) Arquivado o inquérito ou julgada a ação penal, o juiz eleitoral comunicará, sendo o caso, a decisão tomada à autoridade judiciária que determinou sua instauração, com a finalidade de tornar possível a adoção de medidas cabíveis na esfera administrativa.
- (C) Não sendo cogitada a ocorrência de ilícito penal eleitoral a ser apurado, os autos deverão ser arquivados na unidade regional do Departamento de Polícia Federal na localidade onde tiver jurisdição o juiz eleitoral a quem couber decisão a respeito.
- (D) A espécie, no que lhe for aplicável, será regida pelas disposições do Código Eleitoral e, subsidiariamente, pelas normas do Código de Processo Penal.

29

Em relação aos órgãos da Justiça Eleitoral, com base na Lei nº 4.737/65 e suas atualizações, é correto afirmar que

- (A) os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, e nunca por mais de um biênio consecutivo.
- (B) da homologação da respectiva convenção partidária até o registro definitivo da candidatura, não poderão servir como juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge, parente consanguíneo legítimo ou ilegítimo, ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição.
- (C) os substitutos dos membros efetivos dos Tribunais Eleitorais serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.
- (D) o número de juízes dos Tribunais Regionais não será reduzido, mas poderá ser elevado até doze, mediante proposta do Tribunal Superior, e na forma por ele sugerida.

30

Com base na Lei nº 4.737/65 e suas atualizações, NÃO compete ao juiz eleitoral

- (A) processar e julgar os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior e dos Tribunais Regionais.
- (B) fazer as diligências que julgar necessárias à ordem e presteza do serviço eleitoral.
- (C) indicar, para aprovação do Tribunal Regional, a serventia de justiça que deve ter o anexo da escrivania eleitoral.
- (D) representar sobre a necessidade de nomeação dos preparadores para auxiliarem o alistamento eleitoral, indicando os nomes dos cidadãos que devem ser nomeados.

PROVA 2 (P2) – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

Na metade dos anos 90, a Arquivologia brasileira foi marcada pela discussão em torno da Arquivística Integrada que, como linha de pensamento,

- (A) propõe a união das três idades ou fases dos arquivos.
- (B) pressupõe como única as atividades de classificar, avaliar e descrever.
- (C) inclui os arquivos permanentes como integrantes da gestão de documentos.
- (D) pressupõe que a informação não deve ser dissociada do suporte documental.

32

Uma das dificuldades impostas ao campo arquivístico nas soluções baseadas no exame criterioso dos problemas, aplicando as metodologias e princípios estabelecidos, dependem

- (A) das condições físicas dos documentos.
- (B) do levantamento das informações coletadas.
- (C) dos recursos humanos disponíveis.
- (D) da qualidade da sua metodologia.

33

A garantia à integridade administrativa do produtor do acervo arquivístico exige, como referência, numa hierarquização de prioridades, a(s)

- (A) funções desenvolvidas.
- (B) proveniência.
- (C) organicidade.
- (D) integridade do acervo.

34

A definição de um conjunto de documentos, como constituinte de um fundo de arquivo, está condicionada ao fato de que o produtor

- I. possua existência jurídica.
- II. tenha determinações legais de atribuições precisas.
- III. não seja subordinado a outras esferas administrativas.
- IV. tenha acumulado um volume de documentos que justifique a organização.

Assinale

- (A) se apenas as alternativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as alternativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as alternativas III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as alternativas I e IV estiverem corretas.

35

A Teoria das Três Idades, no conjunto das atividades que fundamentam os diferentes afazeres da Arquivologia, se constitui num referencial fundamental para o(a)

- (A) metodologia de organização.
- (B) avaliação dos documentos.
- (C) arranjo dos fundos.
- (D) conservação preventiva.

36

A organicidade, enquanto propriedade que diferencia os documentos de arquivo, dos demais tipos de registros, pode ser justificada enquanto produto

- (A) ao meio social no qual foi produzido.
- (B) cultural dos arquivos permanentes.
- (C) inerente à toda e qualquer coleção documental.
- (D) inerente à toda e qualquer massa documental acumulada.

37

O fator primordial que orienta a constituição de uma massa documental em um fundo de arquivo propriamente dito é o(a)

- (A) volume de documentos existentes.
- (B) importância política e cultural da instituição produtora.
- (C) número de instituições que o acervo representa.
- (D) origem dos documentos.

38

As dificuldades impostas ao acesso dos documentos públicos correntes passam, muitas vezes, pela falta de tratamento técnico eficiente e pela cultura dos seus usuários, que são os

- I. administradores.
- II. cidadãos.
- III. advogados.
- IV. integrantes do Poder Judiciário.

Assinale

- (A) se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- (B) se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as alternativas I, III e IV estiverem corretas.
- (D) se todas as alternativas estiverem corretas.

39

Os documentos públicos de guarda permanente possuem como sustentação de base do seu arranjo

- (A) a estrutura e o funcionamento da instituição produtora.
- (B) as principais tipologias documentais da instituição.
- (C) o perfil da totalidade dos usuários da instituição custodiadora.
- (D) a estrutura e o funcionamento da instituição custodiadora.

40

Os procedimentos técnicos relacionados aos documentos de arquivos privados pressupõem que, em sua fase permanente, o arranjo e a descrição estão, respectivamente, ligados às noções de

- (A) avaliação e classificação.
- (B) classificação e acesso.
- (C) fundo e acesso.
- (D) fundo e classificação.

41

As atividades de conservação estabelecem a necessidade da observância de um conjunto de fatores nem sempre perceptíveis. De qualquer maneira, dentre as recomendações propostas pelo CONARQ, como parâmetro de preservação dos documentos de arquivo, estão

- I. produção e acesso.
- II. manuseio e transporte.
- III. áreas de armazenamento.
- IV. acondicionamento.

Assinale

- (A) se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.
- (B) se todas as alternativas estiverem corretas.
- (C) se apenas as alternativas I, III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as alternativas II, III e IV estiverem corretas.

42

A “peregrinação” pela qual muitos conjuntos documentais estiveram sujeitos ao longo de sua existência, se não impossibilita, no mínimo cria um grau de dificuldade excessivamente grande na constituição técnica de fundos. Diante destas realidades, Michel Duchein nos diz que estes problemas poderiam ser minorados a partir de(os)

- (A) diferentes instrumentos de pesquisa.
- (B) uma adequação cronológica do acervo.
- (C) um quadro de classificação adequado.
- (D) uma compensação com outros arquivos.

43

O Poder Executivo Federal determina, através dos órgãos competentes, os critérios de descarte dos documentos produzidos em sua esfera de competência. No caso dos arquivos de autarquias federais, este descarte

- (A) é uma prerrogativa da direção.
- (B) está sujeito aos mesmos critérios.
- (C) possui legislação federal específica.
- (D) é determinado pelo TCU.

44

Os campos de descrição de documentos arquivísticos, estabelecidos pelos seus respectivos instrumentos técnicos, define o termo “data tópica” como

- (A) elemento de identificação de um tópico temático específico.
- (B) sendo o mesmo que data limite.
- (C) sendo o mesmo que data crônica.
- (D) elemento de identificação do local de produção do documento.

45

Considerando a autonomia entre os Poderes da República em seus diferentes níveis de atuação, pode-se afirmar sobre a Lei nº 12.527 promulgada pela Presidente Dilma Rousseff, em 18 de novembro de 2011, que regula o acesso aos documentos de arquivo e revoga, não apenas a Lei nº 11.111/2005, mas também alguns dispositivos da Lei nº 8.159/1991, que

- (A) não se aplica ao Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) não se aplica ao Poder Judiciário.
- (C) é exclusiva ao Poder Executivo Federal.
- (D) se aplica aos três poderes da República.

46

“O processo de reprodução de documentos denominado _____ objetiva fundamentalmente a preservação _____ e não deve ser aplicado de forma exclusiva para ganhar espaços destinados à guarda/custódia de documentos.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- (A) armazenagem / documental
- (B) digitalização / digital
- (C) microfilmagem / documental
- (D) ordenação / digital

47

A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, comumente chamada de ISAD (G), se constitui em uma

- (A) norma jurídica internacional para descrição arquivística dos países membros do Conselho Internacional de Arquivos.
- (B) norma jurídica internacional para descrição arquivística para todos os países.
- (C) norma jurídica internacional para descrição arquivística para os países membros da ONU.
- (D) referência de apoio facultativo para preparação de descrição arquivística.

48

A Gestão de Documentos Arquivísticos, entendida enquanto instrumento de racionalidade administrativa dos documentos produzidos e acumulados pelos estados modernos, tem em sua estrutura de fundamentação, o(a)

- (A) teoria das três idades.
- (B) princípio da proveniência.
- (C) ordem original.
- (D) organicidade.

49

Numere, em ordem crescente, os cinco setores distintos que compõem as atividades dos arquivos correntes.

- () Arquivamento.
- () Destinação.
- () Empréstimo e consulta.
- () Expedição.
- () Protocolo.

A sequência está correta em

- (A) 2, 4, 1, 5, 3
- (B) 1, 3, 5, 2, 4
- (C) 4, 2, 3, 1, 5
- (D) 3, 5, 4, 2, 1

50

Embora os documentos produzidos pelas instituições sejam, em grande medida, semelhantes, um dos principais argumentos de suas singularidades se sustenta a partir da

- (A) tipologia.
- (B) autenticidade.
- (C) produção.
- (D) validade jurídica.

51

Embora se constitua em atividade técnica, o fazer arquivístico pressupõe desdobramentos de dimensões políticas e sociais. Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) o arquivista é neutro nessas perspectivas.
- (B) a obediência técnica lhe impõe a imparcialidade.
- (C) são dimensões inerentes às suas atividades técnicas.
- (D) são dimensões de responsabilidade das instituições.

52

O conjunto de documentos que pertence a duas ou mais unidades territoriais, não podendo ser dividido sob pena da perda de sua integridade física e orgânica, denomina-se patrimônio

- (A) aquivístico.
- (B) aquivístico comum.
- (C) aquivístico coletivo.
- (D) aquivístico compartilhado.

53

Relacione as colunas a seguir.

1. Princípio da unicidade.
 2. Princípio da organicidade.
 3. Princípio da proveniência.
 4. Princípio da indivisibilidade.
 5. Princípio da cumulatividade.
- () Fixa a identidade do documento relativamente a seu produtor.
 - () Fundos arquivísticos devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida.
 - () Apesar da forma, gênero, tipo ou suporte, os documentos de arquivo conservam seu caráter único, em função de seu contexto de produção.
 - () Arquivo é uma formação progressiva, natura e orgânica.
 - () Qualidade segundo a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas relações internas e externas.

A sequência está correta em

- (A) 4, 3, 5, 2, 1
- (B) 1, 2, 4, 5, 3
- (C) 5, 1, 2, 3, 4
- (D) 3, 4, 1, 5, 2

54

O conceito de Sucessão Arquivística, embora pouco discutido em nosso cotidiano, se constitui em uma preocupação importante, pois pressupõe

- (A) obrigatoriedade legal de receber e administrar um fundo arquivístico deixado como herança.
- (B) transferência jurídica decorrente da soberania territorial e da divisão administrativa de estados e municípios.
- (C) união de dois fundos anteriormente separados por desmandos administrativos ou judiciais.
- (D) transferência judicial dos documentos em decorrência de alterações funcionais e administrativas de uma instituição ou órgão.

55

Relacione as colunas a seguir.

1. Catálogo.

2. Guia.

3. Inventário.

4. Repertório.

- () Obra destinada à orientação dos usuários no conhecimento e na utilização dos fundos que integram o acervo de um arquivo permanente.
- () Instrumento no qual as unidades de arquivamento de um fundo ou de uma de suas divisões são identificadas e descritas.
- () Instrumento de pesquisa que descreve pormenorizadamente documentos previamente selecionados, pertencentes a um ou mais fundos, conforme um critério temático, cronológico, onomástico ou geográfico.
- () Instrumento de pesquisa elaborado conforme um critério temático, cronológico, onomástico ou geográfico, que inclui todos os documentos pertencentes a um ou mais fundos.

A sequência está correta em

- (A) 2, 3, 4, 1
- (B) 1, 2, 3, 4
- (C) 4, 1, 2, 3
- (D) 3, 4, 1, 2

56

Não se pode ignorar que as instituições possuem um número significativo de fotografias em suportes convencionais. Para tais documentos, a maneira correta de empilhamento de caixas proposta pelo sistema de acondicionamento horizontal é

- (A)

	Espaço vazio	
- (B)

- (C)

- (D)

	Espaço vazio	

57

As regiões de clima tropical exigem uma atenção especial quanto aos cuidados de conservação dos acervos documentais. Uma dessas atenções deve ser direcionada às especificações dos edifícios e equipamentos que irão abrigá-los, como a que determina que

- (A) o acervo deva ficar, necessariamente, a partir do 6º andar.
- (B) as salas de consulta devem ter os pisos revestidos de carpete.
- (C) as salas devem, preferencialmente, ter as janelas protegidas por cortinas.
- (D) os edifícios, preferencialmente, não devem exceder a 3 andares.

58

Na hipótese de que a região serrana do Rio de Janeiro atingida por uma das maiores catástrofes naturais do Brasil, tenha tido seu arquivo municipal completamente submerso, as ações para minimizar os danos aos documentos são

- (A) empilhá-los ao sol para secagem tão logo seja possível.
- (B) aguardar que a secagem se dê de maneira lenta e natural.
- (C) submetê-los ao congelamento para posterior tratamento.
- (D) empilhá-los ao sol, pondo um papel absorvente entre as folhas.

59

Em rara oportunidade, no início de 2011, a Arquivologia brasileira mobilizou-se, juntamente com outros segmentos da sociedade civil, buscando reverter um ato administrativo da Presidência da República. Este ato determinava a

- (A) transferência do Arquivo Nacional para o Poder Judiciário.
- (B) supressão das competências do Arquivo Nacional e do CONARQ.
- (C) transferência do Arquivo Nacional para o Ministério da Justiça.
- (D) transferência do CONARQ para o Ministério da Justiça.

60

Reconhecida como “Constituição Cidadã”, a Constituição do Brasil, promulgada em outubro de 1988, estabeleceu um novo patamar jurídico para o acesso a informações e aos documentos públicos, quando estabeleceu que

- (A) todo e qualquer documento público é de acesso da sociedade brasileira.
- (B) todo documento público é de acesso irrestrito a brasileiros e estrangeiros legalmente estabelecidos no Brasil.
- (C) há restrições de acesso a determinados documentos públicos.
- (D) é de competência do Arquivo Nacional os critérios de acesso.

61

O termo classificação na área da Arquivologia pode ser entendido como

- I. organização de documentos de acordo com um plano de classificação ou quadro de arranjo.
- II. ato ou efeito de analisar e identificar o conteúdo de documentos, discriminando o código para seu acesso.
- III. ato que se atribui aos documentos graus diferenciados de restrições de acesso.
- IV. procedimentos que consideram os elementos formais e de conteúdo das unidades de arquivamento.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.
- (C) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.

62

Considerando que o acesso aos documentos públicos permanentes devem ser o mais amplo possível, recomenda-se, para esta finalidade, que o primeiro instrumento de pesquisa a ser produzido por uma instituição seja um

- (A) guia.
- (B) inventário sumário.
- (C) catálogo.
- (D) inventário analítico.

63

A Gestão de Documentos, que se constitui em um importante instrumento de qualidade da administração pública, é uma determinação recente no Brasil, que tem como base legal fundamental a(s)

- (A) Lei nº 8.159, de janeiro de 1991.
- (B) Constituição Brasileira promulgada em outubro de 1988.
- (C) criação do Conselho Nacional de Arquivos.
- (D) competências atribuídas ao Arquivo Nacional.

64

O Direito Internacional relativo à sucessão de estados reconhece a importância dos arquivos públicos como um atributo essencial à soberania de um estado ou nação. Esse reconhecimento, no campo arquivístico, denomina-se

- (A) sucessão patrimonial.
- (B) princípio da proveniência.
- (C) inviolabilidade patrimonial.
- (D) imprescritibilidade.

65

Na busca de uma referência histórica importante para a Arquivologia mundial, sempre se depara com a da Revolução Francesa, que é responsável pelo(a)

- (A) reconhecimento social, político e cultural da gestão de documentos.
- (B) estabelecimento das diferenças entre documentos públicos e privados.
- (C) reconhecimento da responsabilidade do estado sobre os arquivos.
- (D) implementação do que hoje é a teoria da três idades.

66

A Arquivologia possui um número significativo de conceitos que, produzidos ao longo de anos de pesquisas, a sustentam enquanto área de conhecimento autônoma. Na base dessa autonomia está

- (A) um alinhamento de pesquisas que não se abre para outras áreas.
- (B) uma produção científica contundente em Ciências da Informação.
- (C) o princípio de respeito aos fundos.
- (D) na existência de independência ligada aos estados.

67

O reduzido número de pessoas que conhecem a existência de um curso superior com chancela universitária em Arquivologia pode ser explicado pelo reduzido número de universidades em que são ministrados. Há atualmente 16 cursos, sendo o primeiro deles criado em

- (A) 1972.
- (B) 1974.
- (C) 1978.
- (D) 1988.

68

Considerados enquanto manifestação de vontade de autoridade suprema que deve ser acatadas por seus subordinados, os documentos normativos são emanados pelo

- I. Poder Executivo.
- II. Poder Legislativo.
- III. Poder Judiciário.

Assinale

- (A) se apenas as alternativas I e II estiverem corretas.
- (B) se apenas as alternativas II e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as alternativas I e III estiverem corretas.
- (D) se todas as alternativas estiverem corretas.

69

O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos, ou simplesmente e-ARQ Brasil, propôs estabelecer

- (A) requisitos mínimos para digitalização de documentos arquivísticos.
- (B) requisitos mínimos para a migração de suportes arquivísticos.
- (C) requisitos mínimos para os documentos arquivísticos digitalizados.
- (D) confiabilidade e autenticidade aos documentos arquivísticos digitais.

70

O processo de institucionalização do campo arquivístico no Brasil ganhou, nos últimos anos, novos atores. Um desses é, embora ainda não reconhecido formalmente pelo Ministério do Trabalho, o Sindicato Nacional, que foi criado em assembleia, no ano de

- (A) 1978.
- (B) 2002.
- (C) 2008.
- (D) 2011.

71

A questão da memória social no Brasil, na década de 1980, deu uma maior visibilidade aos arquivos públicos e permanentes, enquanto instrumento privilegiado de informação. Sobre a realidade daquele período, conhecido como de um “boom” da memória, assinale a alternativa correta.

- (A) É quando há a consolidação jurídica sobre o acesso à informação.
- (B) O CONARQ privilegia esses acervos.
- (C) O Arquivo Nacional assume a responsabilidade sobre o acesso.
- (D) É um dos resultados da revogação do Ato Institucional Número 5.

72

O arquivamento indiscriminado de documentos pode ser tão prejudicial à administração quanto ao descarte igualmente indiscriminado. Pensando nisso, a Tabela de Temporalidade e Destinação de documentos de arquivos relativos às atividades-meio da administração pública, formalmente publicada pelo Arquivo Nacional, se constitui num(a)

- (A) instrumento de pesquisa relevante para os arquivos permanentes.
- (B) obrigatoriedade em todos os órgãos do Executivo Federal.
- (C) obrigatoriedade em todos os órgãos dos Poderes da República.
- (D) referência de apoio para os órgãos da administração pública.

73

O Código de Classificação de Documentos de arquivos tem como objetivo

- I. agrupar documentos com mesmo assunto e tipologia.
- II. agrupar documentos de mesmo gênero.
- III. agrupar documentos de mesmo tema.
- IV. facilitar a avaliação e eliminação de documentos.

Assinale

- (A) se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as alternativas I e III estiverem corretas.
- (C) se apenas as alternativas II, III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as alternativas III e IV estiverem corretas.

74

Embora a qualidade de um profissional arquivista não esteja na capacidade de decorar regras, números e unidades de medidas diversas, é necessário dominar as terminologias e ter a clareza de que a fundamentação dos processos de avaliação é a

- (A) proveniência.
- (B) função.
- (C) fase intermediária.
- (D) temporalidade.

75

Nas atividades de descrição, o campo que caracteriza a forma autorizada do nome combinado com outros elementos de informação que identifica e descreve a entidade nomeada é o(a)

- (A) entidade coletiva.
- (B) registro de autoridade.
- (C) produtor.
- (D) custodiador.

76

Para a ISAD (G), os procedimentos de construção dos instrumentos de pesquisa relacionados à descrição de documentos

- (A) são atividades específicas dos arquivos permanentes.
- (B) podem ter início antes mesmo da produção dos documentos.
- (C) são atividades especiais dos arquivos intermediários.
- (D) são irrelevantes para a qualidade dos instrumentos de pesquisas.

77

O conjunto de regras para a descrição de documentos arquivísticos, estabelecidos pela ISAD (G), visa

- I. assegurar descrições consistentes.
- II. facilitar a troca de informações sobre os documentos.
- III. estabelecer critérios descritivos para os registros sonoros.
- IV. um sistema unificado de informações.

Assinale

- (A) se apenas as alternativas I, II e III estiverem corretas.
- (B) se apenas as alternativas I, II e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as alternativas I, III e IV estiverem corretas.
- (D) se apenas as alternativas II, III e IV estiverem corretas.

78

A base de justificativa para que a descrição arquivística proceda do geral para o particular é uma consequência prática do(a)

- (A) princípio da proveniência.
- (B) teoria das três idades.
- (C) estudo de usuários.
- (D) descrição dos acervos.

79

No contexto das políticas públicas do Conselho Nacional de Arquivos, os arquivos pessoais

- (A) são incondicionalmente partes integrantes do SINAR.
- (B) estão ausentes das preocupações que normatizam o SINAR.
- (C) quando de interesse público, são membros do SINAR.
- (D) dependem da organização do acervo para integrarem o SINAR.

80

Nas discussões sobre os valores primários e secundários ou sobre a utilização dos documentos permanentes, NÃO se pode ignorar que se refere às suas vertentes

- (A) científicas.
- (B) históricas.
- (C) administrativas.
- (D) educacionais.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

1. A prova discursiva para o cargo de Analista Judiciário:
 - 1.1. vale 10,00 (dez) pontos e consiste na elaboração de texto de, no mínimo, 30 (trinta) e, no máximo, 35 (trinta e cinco) linhas;
 - 1.2. tem o objetivo de avaliar o conteúdo – conhecimento do tema, a capacidade de expressão na modalidade escrita e o uso das normas do registro formal culto da Língua Portuguesa, para tanto o candidato deverá produzir texto dissertativo, primando pela coerência e pela coesão;
 - 1.3. deve ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada em material transparente, não sendo permitida a interferência ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especial para a realização das provas. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal da CONSULPLAN devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.
2. A folha de texto definitivo da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada, nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da prova discursiva. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação da prova discursiva.
3. A folha de texto definitivo será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho no caderno de provas é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação.
4. A folha de texto definitivo não será substituída por erro de preenchimento do candidato.

Textos de referência

Texto I

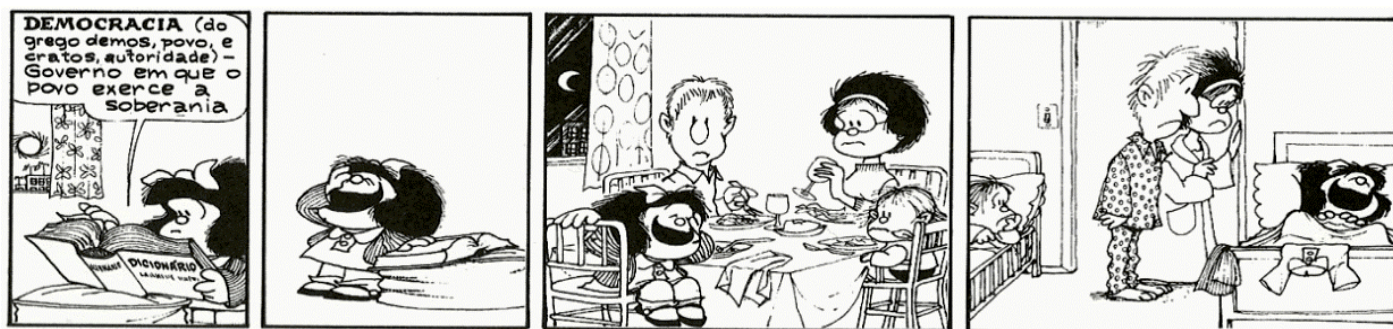
‘Política’ vem de polis, cidade. A cidade era, para os gregos, um espaço seguro, ordenado e manso, onde os homens podiam se dedicar à busca da felicidade. O político seria aquele que cuidaria desse espaço. A vocação política, assim, estaria a serviço da felicidade dos moradores da cidade. (...)

Vocação é diferente de profissão. Na vocação a pessoa encontra a felicidade na própria ação. Na profissão, o prazer se encontra não na ação. O prazer está no ganho que dela se deriva. (...)

Nosso futuro depende dessa luta entre políticos por vocação e políticos por profissão. O triste é que muitos que sentem o chamado da política não têm coragem de atendê-lo, por medo da vergonha de serem confundidos com gigolôs e de terem de conviver com gigolôs.

(ALVES, Rubem. In: Folha de S. Paulo, 19/05/2000)

Texto II



(Toda Mafalda – da Primeira a Última Tira – Quino)

Texto III

A maioria dos governos no Oriente Médio está falhando ao reconhecer a importância da Primavera Árabe e responde com repressão e mudanças meramente superficiais às demandas do povo, afirma o último relatório da Anistia Internacional sobre a região.

“Com raras exceções, os governos falharam em reconhecer que tudo mudou”, diz no relatório Philip Luther, diretor interino da Anistia Internacional para Oriente Médio e o Norte da África. “Eles querem mudanças concretas em relação à forma como são governados e querem que os crimes do passado sejam punidos”.

(Disponível em 15/02/2012 – <http://oglobo.globo.com/>)

Texto IV

“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

(Constituição da República Federativa do Brasil de 1988)

Nos nossos dias, temos visto e acompanhado movimentos revolucionários e derrubada de ditadores cada vez mais frequentes em todo o mundo: Espanha, Grécia, Nova York, Mundo Árabe... O Brasil teve, em sua história, movimentos sociais que o conduziram à Democracia que vivemos hoje. Diante de tais fatos, algumas questões exigem reflexões e discussões sérias por parte da sociedade.

Considerando os textos de referência, discorra sobre a participação social através do voto, instrumento prático de cidadania, tendo em vista os direitos e deveres do eleitor e do eleito.

REDAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

RASCUNHO